



PREVISÃO DE REPASSE PARA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL - EXECUÇÃO 2016

Base Legal: Emenda Constitucional n.º 25, de 14/02/2000 – Art. 29-A – III modificada pela EC n.º 58, de 23/09/2009

Demonstrativo das Receitas - Previsão de Arrecadação até Dezembro de 2016

| | | |
|---------------------------------|----------|----------------------|
| Receitas Tributárias | IPTU | 76.000.000,00 |
| | IRRF | 11.000.000,00 |
| | ITBI | 9.000.000,00 |
| | ISS | 71.000.000,00 |
| | Taxas | 7.000.000,00 |
| Transferências Constitucionais | | |
| | FPM | 56.000.000,00 |
| | ITR | 0,00 |
| | LC 87/96 | 1.100.000,00 |
| | ICMS | 270.000.000,00 |
| | IPVA | 44.400.000,00 |
| | IPI/ex | 2.000.000,00 |
| | CIDE | 500.000,00 |
| Total das Receitas Previstas | | 548.000.000,00 |
| Art. 29-A, III | 5,0% | 27.400.000,00 |
| Despesas da Câmara com Inativos | | 2.400.000,00 |
| Total | | 29.800.000,00 |

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, **não poderá ultrapassar** os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;
- II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês;
- III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.